

O JORNALISMO INVESTIGATIVO E O DESAFIO DE FAZER FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS ¹

Leoní Serpa ²

Resumo: Estudar o Jornalismo Investigativo tem sido muito mais um debruçar-se para aumentar a compreensão sobre a profissão, e nossa inquietude é estimulada diante dos profundos registros profissionais a partir da experiência jornalística na prática. Desde então temos aprendido que a temática do Jornalismo Investigativo é atual, urgente e necessária. É um desafio que se apregoa diante das transformações tecnológicas por que passa o jornalismo, num fazer cada vez mais instantâneo e com mutações profissionais. Nesse aspecto, o Jornalismo Investigativo tem papel ético e técnico de elucidar fatos e mostrar mazelas sociais, políticas, econômicas e conjunturais numa sociedade em transformação, exercendo um jornalismo comprometido com os interesses de elevação social e democrática. Debates aqui casos que ilustram a falta de apuração e também casos que evidenciam investigação. Através dos depoimentos de jornalistas investigativos procuramos formular, minimamente, uma conceituação dessa praxe, discutindo-se principalmente as consequências das ações indenizatórias para as empresas jornalísticas e as mazelas do jornalismo local e regional.

Palavras-Chave: Jornalismo Investigativo. Mídia regional. Desafios jornalísticos.

Investigative journalism and the challenge of confronting the contemporary transformations

Abstract: The studies of investigative journalism have been much of an intuitive look at the profession in order to know it for what it is becoming. Our concerns are not detracting so far due to the deep narratives of professionals in their practice of such journalism, which makes us acknowledge the métier as an even more current and urgent subject. By the force of technological breakthroughs and more instantaneous forms of communication, the ethical and technical roles of investigative journalism are now bound to the elucidation of social facts and events with a strict engagement to their progress, beyond their potential structuralities, and a major commitment to the social interests of democratic elevation. In an attempt to understand such scenario, this paper brings some cases to discussion in order to illustrate the achievements and

¹Trabalho apresentado no II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 2 e 4 de julho de 2015.

²Jornalista e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo, RS. Professora no Dejour – Departamento de Jornalismo – Campus Vilhena, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Trabalhou como repórter e editora em jornal impresso, rádio e TV na mídia regional. Email: leoniserpa@gmail.com; leoni.serpa@unir.br.

lacks of investigation from a Brazilian standpoint. Through the narratives of investigative journalists we try to draw an initial conceptualization of those processes and trails using as our empirical concrete the consequences of indemnity lawsuits in journalistic companies and the troubles in local and regional contexts of journalism.

Keywords: Investigative journalism; Regional media; Journalistic challenges.

.....

1. Na sombra da história a procura por respostas e definições

Ao debater o jornalismo investigativo na contemporaneidade e a relevância para o fazer jornalístico percebemos imenso desafio em ensinar e praticar efetivamente as técnicas e os princípios éticos jornalísticos no contexto atual. Defini-lo também se constitui em desafio e, para tanto, a fim de que a compreensão não se perca do cerne do seu fazer, partimos da história do jornalismo para entender a essência das suas práticas e a partir daí analisamos a evolução da prática desde a automação das redações; os mecanismos de “adestramento” e “filtros” profissionais que dificultam a apuração dos fatos, até a realidade repentina, instantânea com qual convive hoje a profissão, submetida aos ditames tecnológicos, de mercado e ideológicos.

Encontramos, para uma melhor compreensão da efetiva prática do Jornalismo Investigativo, funcionalidade e papel social, como apontado no estudo do professor Jorge Pedro Souza (2008), com a proposta de periodização da história do jornalismo ocidental, a classificação do período em que o jornalismo investigativo ganha notoriedade social. Em *Uma história breve do jornalismo no Ocidente* ele destaca nove pontos que ajudam a entender as transformações jornalísticas em cada contexto social. Classifica as fases do jornalismo e coloca o Investigativo no sétimo ponto:

7. Época de **diversidade e experimentalismo**, a partir dos anos Sessenta do Século XX, retardada em países ocidentais sujeitos a ditaduras. Surge o novo “Novo Jornalismo”, o “Jornalismo de Precisão” e outras correntes que simbolizam uma retoma do jornalismo de investigação. O Novo Jornalismo contrapõe a assunção da subjectividade, sem exclusão do rigor, à objectividade como método. Surgem os meios digitais de produção e difusão

de informação. As tecnologias fazem ganhar tempo, permitem o aparecimento dos jornais “pós-televisivos” e geram preocupações relacionadas, por exemplo, com as possibilidades de alteração digital das fotografias jornalísticas. (SOUZA, 2008. p. 267)

Para Jorge Pedro Souza “Joseph Pulitzer pode ser considerado o principal progenitor dessa segunda geração de jornais populares”, com novas necessidades, mais pública com novas ideias, um ‘Novo Jornalismo’ implementado pelo *The World* e superável em número de negócios. Explica o autor que a partir do “Jornalismo de investigação e denúncia – os jornais começaram a trazer à luz do dia casos de corrupção e outros escândalos, por vezes devido à investigação jornalística, outras vezes devido, simplesmente, à denúncia com fins políticos” (SOUZA, 2008, pág. 146). A retomada desse jornalismo mais combativo é prática de aproximadamente 55 anos para cá, como exemplifica SOUZA, 2008:

Os anos sessenta também foram importantes pela retoma do **jornalismo de investigação**, cuja tradição andava arredada do cotidiano das redações americanas desde o final do século XIX e princípio do século XX. Foram vários os trabalhos de investigação de iniciativa jornalística, sobre temas relevantes, que expuseram conspirações e dados ocultos, sendo o mais importante o já referido caso Watergate (1972-1974), que conduziu à resignação do Presidente norte-americano Richard Nixon, em 1974. Dois jovens jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, investigaram aquilo que parecia um banal assalto à sede do Partido Democrático, no edifício Watergate, em Washington, tendo, em dois anos de investigação, conseguido descobrir que, afinal, o “assalto” se tratava de uma missão de “espionagem” dos Republicanos, provavelmente conhecida ou mesmo ordenada pelo próprio Presidente Nixon. (P. 191).

No limiar do novo século, quinze anos se passaram, porém não passaram as inquietudes sobre o exercício profissional do jornalismo, ao contrário, tem aumentado. O jornalismo contemporâneo vive uma das fases mais competitivas da sua história, especialmente no impresso. Trata-se de uma exigência mais ágil, decisiva e desafiadora na produção de conteúdos, em que os conteúdos devem ser cada vez mais elaborados e precisos. Por isso, não considerar a apuração, as técnicas e práticas “objetivas” na produção dos conteúdos resulta em dispensar a qualidade da maior parte das matérias. Nesse contexto Rossi (1980) ressalta que o “mito da objetividade” ainda tem sido “um dos principais parâmetros na linha editorial dos principais veículos de comunicação do país” (ROSSI, 1980, p.11), no entanto, a afirmativa sobre a qualidade, calcada apenas na padronização das redações com normas, estilos, não garante por si, a originalidade das informações veiculadas.

Jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra (ROSSI, 1980, p. 7)

As discussões sobre objetividade, verdade e ética no jornalismo continuam na pauta do dia. Longe de ter a pretensão de definir jornalismo como a suprema verdade, o presente ensaio lançou olhar sobre as diferentes variantes de “verdades”, o que na prática requer um esforço contínuo. Rui Barbosa dizia que a imprensa tem o dever de informar a verdade, sendo o olhar da nação e por onde se acompanha o que passa longe e perto: “Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego [...], um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos” (BARBOSA, 1990).

Sendo o jornalismo um processo que se articula nas relações periódicas e oportunas, formais e coletivas, o fazer jornalístico deve estar longe de agradar a governos, anunciantes e poderes constituídos (PIEDRAHITA, 1993). Acima de tudo colocar-se a serviço do cidadão e dos leitores, ouvintes, telespectadores e internautas. Historicamente o jornalismo passou e passa por muitas etapas, inclusive a de “adulador permanente se vê assombrado num mundo em que graças à tecnologia, predomina a comunicação, mas falta a informação” (PIEDRAHITA, 1993, p. 24).

Para o autor a atual informação adquiriu ares arquimedianos, de tal forma que absorvê-la passa a ser uma necessidade tão importante quanto a de comer, dormir. Se a informação é importante, mais valiosos ainda são os meios de divulgá-las. O jornalismo deixou de estar “primordialmente a serviço da sociedade e rendeu-se com armas e bagagens ao poder público” (PIEDRAHITA, 1993).

O primeiro desafio reside aqui: garantir a independência informativa. Papel que para muitos autores terá que vir da sociedade através de instrumentos democráticos que apontem para o pluralismo informativo, e através de jornalistas com ponderação, paciência e discernimento em explicar o que realmente acontece na sociedade para a sociedade.

1.2 Caminhos percorridos para se chegar a algumas constatações

O estudo em questão tem por base a trajetória do fazer jornalístico, permeado por uma essência profissional que considera que o jornalismo tem papel disseminador de valores sociais, éticos, justos, culturais, solidários, democráticos, inclusivos, transformador, entre outros. Apresentar pontos de vista divergentes e refutar posições absolutas tem sido fundamental para uma informação com variedades de posicionamentos e versões inclusivas. Nesse conjunto pluralista de variantes e fatos é que se compreendem melhor os mecanismos da apuração e da aproximação com a veracidade informativa.

Ressalta-se que a veracidade de uma notícia está na pluralidade e que certificá-la *in loco* é uma das mais antigas práticas do jornalismo; que as modificações nas formas de fazer jornalismo vão se extinguindo, se moldando ou se transformando, uma mutação que segue o passar dos tempos e as transformações sociais, mas que jamais deverá perder a sua finalidade primeira que é informar com boas histórias.

Procuramos estudar o jornalismo investigativo por definições de autores do campo e por depoimentos de jornalistas que estão na prática profissional. Clóvis Rossi, como fonte bibliográfica e oral, contribui para o entendimento do conceito sobre “jornalismo de qualidade”. Jornalistas como Carlos Wagner, Lucas Figueiredo e Domingos Meireles, que à época desta pesquisa atuavam como jornalistas investigativos, manifestaram em depoimentos suas impressões sobre a atividade. Devido à escassa bibliografia específica, nos valem também de questionários e entrevistas, semiestruturadas e estruturadas, colhidas também com profissionais responsáveis pelas edições dos veículos que pesquisamos.

A análise considerou procedimentos utilizados na normatização dos métodos redacionais, ponderando tais práticas como formas de “adestrar” e “filtrar” a prática jornalística, submetendo-a a um processo industrial que em muitos casos não possibilita a fluidez das controvérsias, não resulta no detalhamento minucioso dos dados e no empenho na apuração. As desculpas modernas da pressa e da “objetividade”, dos poucos recursos financeiros e de interesses, sejam políticos ou econômicos, constituem-se em empecilhos para a fluência do Jornalismo Investigativo, especialmente veículos de comunicação de pequeno e médio porte. Leitor, ouvinte, internauta ou telespectador não tem mais dificuldades em constatar quando uma informação é apurada e de qualidade. Tal validade estará explicitada na linguagem da notícia dada:

Não basta ser verdadeiro; é preciso parecer. Daí a aversão a referências imprecisas. Não se escreve “alguns manifestantes” mas, sempre que possível, “10, 12 ou 15 manifestantes”. Não se diz que uma vila está “perto” de uma cidade; antes, procura-se informar qual a distância em quilômetros ou tempo de viagem. A placa do carro, a hora exata do desastre, o número de desabrigados pela enchente cumprem, no veículo de massa, um *efeito de realidade*. (LAGE, 2006, p. 27)

Pode-se dizer que há uma escassez de publicações e pesquisas que tratem especificamente do Jornalismo Investigativo. Dentre as fontes bibliográficas há conceituações a partir de obras de três jornalistas: Fortes (2005), Sequeira (2005) e Argolo (2004), que também trazem troca de experiências e reflexões sobre a atividade.

Argolo (2004) define o jornalismo como arte e como técnica. Entende que o jornalismo “decorre de uma ampla interação com outros campos do conhecimento, que, somados formam um gigantesco rolo comprimido” (p. 14). Destaca que “o jornalismo de qualidade resultará, sempre, da investigação criteriosa de cada fato” (p. 28). Considera a investigação jornalística como impulsionadora da história e da política nacionais e cita como exemplo: o “escândalo da espionagem eletrônica praticada no interior do Edifício Watergate” [...] “O resultado destas e outras ações adiante assinaladas foi o impeachment de Fernando Collor e o seu afastamento da vida pública por dez anos” (p. 28-29).

Jornalismo Investigativo é definido por Sequeira como uma categoria jornalística. A jornalista explica que:

[...] embora qualquer prática jornalística pressuponha alguma investigação, há uma categoria que se diferencia de outras – pelo processo de trabalho do profissional e métodos de pesquisa e estratégias operacionais -, definida como jornalismo investigativo. É necessário esclarecer também que, embora todas as matérias veiculadas no jornalismo impresso sejam editadas como produtos de investigação do profissional que as assina ou da equipe de reportagem do veículo que as publica, isso nem sempre acontece, apesar de esse fato passar despercebido ao leitor comum. (SEQUEIRA, 2005, p. 15)

Ainda conceitua o “jornalismo investigativo como prestador de serviços à sociedade” (p. 61), e entende que existe uma diferença conceitual que separa o investigativo das outras categorias jornalísticas, para reforçar:

Assim como o interpretativo, o jornalismo investigativo é uma categoria que emergiu com a transformação das empresas jornalísticas em indústrias da comunicação, quando o leitor/consumidor passa a ser o fim e o objetivo do produto jornal. É quando a reportagem ganha, então, novo sentido, passando a conter os seguintes elementos: uma dimensão comparada, a remissão ao passado, a interligação entre outros fatos (contexto) e a incorporação do fato a uma tendência e sua projeção para o futuro. (SEQUEIRA, 2005, p. 61-62)

Fortes (2005, p. 9) entende que a “investigação jornalística deixou de ser um simples preceito para se transformar, graças à modernidade, em uma área de crescente especialização”. Entende que é preciso libertar-se da concepção simplista, porém verdadeira, de que todo o jornalismo é investigativo. Acredita que o jornalismo investigativo “virou um nicho, uma marca e um símbolo de *status* dentro do jornalismo brasileiro”, e complementa:

O jornalismo investigativo, ao contrário das subespecializações que decorreram das editorias tradicionais, acabou por se sobrepor a todas elas, ditando normas, criando procedimentos, gerando castas e, principalmente, virando sinônimo de sucesso profissional. (FORTES, 2005, p. 30)

É salutar destacar que desde 2002 contamos com um espaço dedicado ao estudo e o debate sobre o tema jornalismo investigativo, na Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Abraji³. Criada e mantida por um grupo de profissionais, sem fins lucrativos, a partidária, interessada na troca de experiências, especialmente sobre reportagens investigativas. Além do fórum de debates a Abraji promove congressos, seminários, oficinas especializadas e cursos de aperfeiçoamento dos jornalistas que se dedicam a causa do jornalismo investigativo. Segundo site da entidade, até 2010 havia dois mil sócios “e mais 4 mil jornalistas treinados em seus cursos, seminários e oficinas”.

Na concepção da entidade a expressão “jornalismo investigativo” é “usada como sinônimo de jornalismo responsável, informações bem apuradas, com todos os lados ouvidos. Em resumo, reportagens que abordem de maneira extensiva um determinado assunto” (ABRAJI, 2015).

2. A significação vem daqueles que “põem a mão na massa”

³Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <<http://www.abraji.org.br>>.

Nossa experiência em 17 anos de exercício prático no jornalismo em veículos Impresso, TV e Rádio, em mídia regional, de interior⁴, deixou como consequência uma grande inquietude e até hoje impulsiona essa procura por respostas. Procurar entender melhor as práticas jornalísticas adotadas por profissionais e empresas, na perspectiva do exercício do Jornalismo Investigativo e dar vazão a essa inquietude, estão nos objetivos.

Desta forma, em pesquisa iniciada em 2000, cujos resultados foram publicados em 2013⁵, trouxemos a definição de Jornalismo Investigativo pelo olhar de quem o exerce na prática. Trata-se de uma difícil tarefa para quem pratica jornalismo, ao mesmo tempo em que se dispõe a conceituar e estudar o jornalismo, em razão, principalmente, da escassa bibliografia e por procurarmos trazer para uma contextualização mais próxima do contemporâneo e daquilo que vem acontecendo na praxe.

Por uma definição técnica-teórica o Jornalismo Investigativo pode ser entendido como um fazer jornalístico que não pode prescindir dos gêneros jornalísticos, como a notícia, a entrevista e a reportagem. Empiricamente observamos que é na reportagem e na entrevista que melhor se evidenciam as investigações jornalísticas, especialmente nas reportagens investigativas.

Na classificação de gêneros jornalísticos de dois autores brasileiros deste campo, José Marques de Melo e Luiz Beltrão, o Jornalismo Investigativo não é definido de forma explícita. Beltrão classifica o Jornalismo Interpretativo e incorpora na reportagem em profundidade uma aproximação ao investigativo, visto que se utiliza também da interpretação e da reportagem em profundidade (MELO, ASSIS, 2010; BELTRÃO, 1980).

Em 2000 ouvimos quatro jornalistas brasileiros das regiões Sul e Sudeste do país como forma de tentar conceituar melhor o jornalismo investigativo pelo ponto de vista de quem exerce a profissão. Através de seus depoimentos constatamos que as empresas jornalísticas de maior alcance criaram uma espécie de nicho especial, onde colocam o Jornalismo Investigativo no espaço de *reportagem especial* e contam para isso, com grupos

⁴ Entende-se por mídia de interior, mídia regional ou mídia interiorana, aquela feita fora dos grandes centros urbanos. Fora das regiões onde se localizam os conglomerados midiáticos. Onde o exercício do jornalismo ainda é muito artesanal. As tiragens dos jornais são baixas e amplitude midiática é menor.

⁵SERPA, Leoní. “O desafio da Apuração e da Investigação Jornalística em tempos de Comunicação instantânea”, pág. 105-147. IN: GOTTLIEB, Liana (Org.). Coleção Comunicação em Cena. V1.2. São Paulo: Scortecci, 2013.

de *repórteres especiais*. Quanto a isso constata Clóvis Rossi⁶, jornalista de a Folha de São Paulo:

No fundo, jornalismo é sempre investigativo. Portanto, qualquer definição clássica de jornalismo serviria também para definir jornalismo investigativo. Mas, como se criou uma espécie de nicho específico, diria que jornalismo investigativo é um trabalho de mais fôlego, que demanda por isso mais tempo e expõe feridas da sociedade (quase sempre do poder público) que estavam mais ou menos encobertas.⁷

Investigar fatos e apurar notícias, afora os entraves que circunscrevem a profissão, depende muito do jornalista se propor a correr riscos. Exatamente junto àqueles que estão diante do “fogo cruzado” que procuramos obter argumentos para conceituar esse fazer. O jornalista gaúcho Carlos Wagner⁸, que dedicou mais de 30 anos na atividade de repórter investigativo, principalmente no Jornal *Zero Hora*, no Rio Grande do Sul, assim define o Jornalismo Investigativo:

Como a alma do jornalismo. Certa vez, eu ouvi a seguinte frase de um cara lá na divisa do Mato Grosso com o Pará, nestes fins de mundo. Disse: “é mais fácil um ser humano se tornar um repórter do que um repórter se tornar um ser humano”. O cara tem razão. Além disso, a investigação é combustível que alimenta o cotidiano dos reporteiros. Depois que começamos, nunca mais paramos.⁹

Wagner atribui ao Jornalismo Investigativo um valor educativo. “Acredito que o jornal educa os leitores publicando denúncias. As denúncias geralmente nascem nas investigações”. O trabalho com a *reportagem investigativa*, realizado por Carlos Wagner e outros jornalistas brasileiros é visto como ousadia, desde o levantamento das informações, até a divulgação.

Nesse aspecto dois fatores estão presentes no exercício jornalístico: o risco e a setorização, especialmente no espaço da “reportagem investigativa especial” uma prática quase inexistente na maioria dos veículos brasileiros, especialmente nos médios e de baixo porte. A preocupação vem do jornalista Domingos Meirelles¹⁰ que atuou na Rede Globo, na Última Hora, Realidade, Jornal da Tarde, atualmente na Rede Record, avalia o jornalismo

⁶Entrevista de Clóvis Rossi a esta pesquisadora. Respostas on-line, por e-mail em agosto de 2000.

⁷ Idem.

⁸Entrevista de Carlos Wagner a esta pesquisadora. Resposta on-line, por e-mail em 14 de setembro de 2000.

⁹ Idem.

¹⁰Entrevista de Domingos Meirelles em 25/10/2000, a esta pesquisadora. Respostas gravadas via telefone – às 11h do dia 25/10/2000.

investigativo atual como uma espécie em extinção. Entre as causas, Meirelles cita o processo de globalização e a diversificação do capital das empresas de comunicação, enfraquecendo, dessa forma, um jornalismo mais atuante e combatente. Ele reforça:

À medida que a empresa jornalística se torna um grupo econômico, os repórteres e jornalistas investigativos passam a andar na contramão desses interesses e se tornam um problema para a empresa jornalística. Por isso, é melhor não tê-los. A mídia e a historiografia oficial servem e fazem pactos com os que dominam. Dão sustentação e legitimidade ao poder e à ordem constituída da sociedade como ela está.¹¹

Ao divulgar as mazelas sociais o repórter investigativo passa a andar na contramão dos interesses. Para ilustrar tais posicionamentos, Domingos Meirelles traz uma frase do jornalista Carlos Wagner: “Wagner tem dito que o jornalista investigativo tem que ser um conspirador, porque todos conspiram contra ele, até mesmo na própria redação”. Atividade desafiadora para o jornalista que investiga muitas vezes é encontrar um jeito, ter habilidades de vencer resistências internas para ter o seu material publicado.

Pelo fato de o Jornalismo Investigativo ter se colocado na posição de “especial” em muitas redações, se deve também a fatores econômicos. Por se tratar de uma atividade que demanda muitos recursos em virtude das viagens dos repórteres que muitas vezes vão se colocar atrás, do nada. Também por que, no trabalho de investigação, muitas hipóteses podem não ser confirmadas, ou ainda pode ser que as informações que estão sendo apuradas ganhem novos rumos. Além disso, é um trabalho jornalístico que demanda tempo, porque precisa ser meticuloso na apuração. Como explica o jornalista Lucas Figueiredo:

Na verdade, é porque você acaba investigando situações complexas que vão desde um desvio de dinheiro até, por exemplo, a prostituição infantil. Você não faz uma boa matéria sobre prostituição infantil, com um dia de apuração. Você precisa descobrir quem são as crianças exploradas, quem explora, qual é a organização, como ela trabalha, como ela funciona. Isso tudo demanda tempo, dinheiro, paciência e risco. Então, tem que ser muito bem cuidada a atividade investigativa. O resultado é oferecer para o público um trabalho mais aprofundado de revelar casos importantes, sociais, políticos, econômicos.¹²

¹¹ Entrevista de Domingos Meirelles em 25/10/2000, a esta pesquisadora. Respostas gravadas via telefone – às 11h do dia 25/10/2000.

¹² Entrevista pessoalmente de Lucas Figueiredo Agosto de 2000, a esta pesquisadora.

Na história da mídia no Brasil encontramos evidências de que a investigação jornalística também acontecia na imprensa alternativa. Meirelles, por exemplo, lembra-se da imprensa alternativa e atribui a ela o exercício pleno do jornalismo investigativo. “Foi um jornalismo que enfrentou a censura dos jornais, tais como: ‘Movimento’ e ‘Opinião’, eram editados no Rio de Janeiro e em São Paulo”¹³. “Eles denunciavam a corrupção e as violências praticadas pela ditadura militar com os presos políticos”¹⁴. Na opinião do jornalista é possível burlar cerceamentos e praticar investigação quando se exerce um jornalismo de oposição aos interesses que não são o da maioria.

Outra realidade evidenciada pelos profissionais na pesquisa demonstra que a investigação é promovida quando empresas de comunicação tem interesse direto no desvendamento dos fatos. Encontramos no depoimento do jornalista Lucas Figueiredo¹⁵, autor do livro *Morcegos negros* - resultado de um trabalho de investigação de quatro anos sobre o caso PC Farias, Collor e a ligação com a máfia, ainda quando era repórter no Jornal Folha de São Paulo, constata:

O jornalismo investigativo está muito desenvolvido no Brasil. Existem ótimos repórteres investigativos no país inteiro, praticamente. O que falta é o interesse das empresas jornalísticas de investir em jornalismo investigativo, que é caro, que tem que ter paciência porque nem sempre você consegue chegar às histórias. Às vezes, você investiga aí e não chega a história nenhuma. As empresas precisam gastar muito dinheiro e o repórter fica por conta, investigando casos, muitas vezes, por muito tempo, sem publicar nada. O que precisa haver é um interesse maior das empresas em fazer jornalismo investigativo. Então, eu acho que por parte dos profissionais está muito desenvolvida, por parte das empresas muito pouco.¹⁶

Figueiredo atribui ao repórter investigativo a característica da paciência, Princípio básico, diz ele, para elucidar acontecimentos:

Porque você pegar uma pista aqui, outra ali e ouvir alguma coisa, ir atrás, conseguir confirmar é entrar num jogo de paciência. Para levantar todas essas histórias sobre PC, Collor e a máfia (que estão no livro *Morcegos negros*) e chegar até o documento, levou muito tempo. Por exemplo, eu soube em 1996

¹³ Entrevista de Domingos Meirelles em 25/10/2000, a esta pesquisadora. Respostas gravadas via telefone – às 11h do dia 25/10/2000.

¹⁴ Entrevista de Domingos Meirelles em 25/10/2000, a esta pesquisadora. Respostas gravadas via telefone – às 11h do dia 25/10/2000.

¹⁵Entrevista pessoalmente de Lucas Figueiredo Agosto de 2000, a esta pesquisadora.

¹⁶ Idem.

que havia documentos na Itália que falavam alguma coisa sobre o dinheiro do PC. Eu demorei três meses para descobrir que documentos eram esses. Que eles, na verdade, mostravam que o PC havia recebido 2 milhões e 100 mil dólares de um mafioso, [...] até eu descobrir onde estavam esses documentos e ir para a Itália. Depois disso, mais outro tempo para convencer as pessoas a me darem cópias desses documentos, porque todos eles eram sigilosos. Então, é um trabalho de muita paciência e tudo no jornalismo investigativo deve ser comprovado. O jornalista não pode ter a pretensão de mudar o mundo. Tem que contar o fato. O jornalismo tem que contar muito bem uma história.¹⁷

Ao exame desses depoimentos e conceitos pesquisados, percebe-se que o jornalismo investigativo mesmo não definido como um gênero jornalístico pertence a uma categoria, com técnicas, bases que ajudam a validar informações, credibilizar notícias, trazendo qualidade, especialmente na grande reportagem. Trata-se de uma baliza norteadora que diferencia as notícias bem apuradas e de qualidade oferecidas pela mídia.

Acredita-se que ao investigar corretamente os fatos, no exercício do jornalismo, contribui-se muito com a melhoria da sociedade, da vida de um país, de uma região, cidade. Há comprovações que evidenciam melhorias e mudanças. Nesse sentido é sempre ilustrativo o clássico Caso Watergate, que aconteceu nos Estados Unidos na década de 1970 e que ajudou a levar o presidente Richard Nixon a renúncia em 1974, frente a muitos fatos encobertos, que o jornalismo não ousa desvendar. Kotscho (1995, p. 34-35) ressalta:

O exemplo mais pronto e acabado deste tipo de trabalho é o célebre escândalo de Watergate, quando dois repórteres do Washington Post – Bob Woodward e Carl Bernstein – levaram, com suas matérias, o presidente Richard Nixon à renúncia. Carl Bernstein era um repórter de “geral” do Post e, a partir de algumas denúncias que o jornal recebeu, começou a checar as informações com várias fontes, até ligar o caso de um arrombamento no escritório do Partido Democrata instalado no edifício Watergate a importantes figuras da Casa Branca, chegando, finalmente, ao Presidente. Sua luta se travava – como em qualquer relação em qualquer época – em duas frentes: levantar as informações e convencer seus superiores e publicá-las.

Na contramão do Caso Watergate, no Brasil ficará para sempre como exemplo ilustrativo da falta de investigação e apuração das notícias o Caso Escola Base, ocorrido em 1994, no bairro Aclimação, Zona Sul, em São Paulo, que ganhou os meios de comunicação do país. Fato que está documentado no livro de Alex Ribeiro, *Caso escola Base – os abusos da imprensa* (RIBEIRO, 1995), em que o autor reconstituiu o caso com as versões dos

¹⁷ Idem.

envolvidos, com exceção das mães que fizeram as acusações por não terem aceitado se manifestar.

Assim, a história da mídia tem registrado casos ilustrativos que envolvem questões de falta de apuração e ética jornalística. Que vão desde a imprecisão jornalística até o desrespeito as fontes, como o que foi discutido no livro: *O jornalista e o assassino*, de Janet Malcolm (1993). A autora atribui ao jornalista toda a responsabilidade ética de divulgar uma notícia, porque, segundo ela, o que vai determinar se uma matéria está ou não dentro de padrões éticos será o comportamento do jornalista com o seu entrevistado.

3. Cenários e desafios investigativos

Nosso primeiro estudo sobre a temática iniciou em 2000, quando analisamos uma amostragem, colhidas no período de 5 a 10 de agosto de 2000, veiculadas nos jornais de alcance local, em Passo Fundo, *O Nacional*; no país, *Folha de São Paulo*; no estado, *Jornal Zero Hora*. Foram analisadas cinco edições publicadas nesses diários e assim, chegamos a constatação de que o jornalismo investigativo tem sobrevivido ao tempo, mesmo que em alguns casos esteja mutilado, em outros expansivo pela força de vontade de alguns jornalistas em fazer acontecer a sua profissão, principalmente nos jornais de circulação nacional. Constatamos ainda que a investigação é inexistente em veículos de circulação regional e local, deixam lacunas, no exercício do jornalismo. Tema que ainda requer mais aprofundamento e detalhamento, principalmente na realidade em que hoje nos encontramos, como professora universitária, no interior de Rondônia, cuja prática jornalística se evidencia mais em rádios e sites noticiosos, o que ainda requer um debruça-se sobre para melhor compreender o fazer jornalístico desta região.

Como observamos pela análise das edições pesquisadas, os diários locais com veiculação regional carecem de investigação. A inexistência da reportagem nesses veículos contribui para a não materialização do Jornalismo Investigativo. Tal lacuna demonstra a falta de apuração e investigação na maior parte dos veículos de comunicação fora dos grandes centros. Há entraves financeiros, pouca vontade dos gestores e dos editores de, muitas vezes, se indispor com alguns agentes da comunidade a que servem. Assim, é mais cômodo noticiar

o que agrada e escamotear fatos que possam comprometer os veículos. Não é contraditório ressaltar, porém, que quando o veículo investiga e apura fatos, a comunidade local ganha em resultados mais eloquentes pela proximidade dos benefícios. Uma bandeira que o jornalismo local poderia tomar para si e, desta forma, estaria ganhando mais credibilidade, além de leitores, ouvintes, telespectadores.

Nesse aspecto comungamos com o que apresenta (PAULINO, 2010) ao discutir responsabilidade social da mídia. Ele destaca a “Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa (TRSI)”, que assim como outros autores consideram “a TRSI como uma possível base para se fundamentar um sistema de jornalismo ético, à medida que estabelece como princípio central a ideia de que os comunicadores estão obrigados a serem responsáveis com seu público, prestando contas de suas atividades” (p. 38). Explica que “a formulação desta teoria teve como inspiração as atividades da *Comissão sobre Liberdade de Imprensa*, mais conhecida como Comissão Hutchins, constituída em 1942, a partir do financiamento de Henry Luce, um dos fundadores da revista *Time*”, que facultou uma pesquisa junto à Universidade de Chicago. Assim, destaca que:

Nesse sentido, a imprensa deve saber que os seus erros e as suas paixões deixaram de pertencer ao domínio privado para se tornarem perigos públicos, pois quando ela se equivoca, pode conduzir a opinião pública a erro. O documento apontava a duplicidade do serviço da imprensa, privada e livre (por isso humana e falível), mas sem ter, no entanto, a falibilidade como justificativa aos seus equívocos porque presta um serviço público. (PAULINO, 2010, p. 39)

Explica que o documento ressalta ainda que nos princípios da Teoria Libertária e segundo as bases da TRSI “a imprensa deve proporcionar relatos verdadeiro, completo e inteligente dos acontecimentos”. Está associada ainda “à doutrina de que o público tem o direito de saber, de conhecer as informações públicas, estimulando o acesso dos cidadãos e da imprensa aos documentos do governo” (PAULINO, 2010, p. 39).

Para o autor (2010, p. 39), a TRSI, inspirada no relatório da Comissão Hutchins, é muito atual, principalmente ao analisarmos a complexidade dos conglomerados de comunicação. Já no Brasil “os princípios da TRSI são pouco difundidos”. Somados a isso há pouco debate sobre a “concentração da propriedade de mídia no Brasil, existe uma lacuna histórica que se soma à ausência de órgão regulador para a área”.

3.1 Cenários e outras realidades ainda a serem aprofundadas

Do estudo de 2000, constatamos que reportagens com mais fôlego, investigativas faziam parte da edição somente dos jornais de circulação nacional, no caso do estudo em questão, os jornais Zero Hora (RS) e Folha de São Paulo (SP). Observou-se um maior número de reportagens e reportagens investigativas nesses veículos, especialmente em temáticas como política. Sobre Zero Hora foi analisada a série de reportagens que investigou o comércio de prostituição de índias nas terras indígenas do estado do Rio Grande do Sul. Foi no período de 5 a 10 de agosto de 2000, quando o jornal divulgou em três edições consecutivas, produzida pelo jornalista Carlos Wagner, com o título: “Índias prostituídas”, e editadas em três partes, sendo: 1-dia 6/08/2000, 2-dia 7/08/2000, e 3-dia 8/08/2000.

Ao constatar a falta de investigação nos jornais de pequeno porte, aqui entendido como jornais fora das capitais e grandes centros urbanos. Desta forma, ousamos extrapolar os dados de uma realidade que é comum para a maioria dos veículos de comunicação, em diferentes locais do interior do Brasil, por possuírem cenários semelhantes, assim podemos aferir algumas semelhanças e proximidades, constatando entre outras questões que:

- são veículos de comunicação que dificilmente se dispõem com agentes públicos, especialmente políticos locais;
- são veículos financiados, quando não mantidos na totalidade, por políticos ou empresários influentes;
- possuem escassez de recursos que não permite uma autonomia e independência editorial;
- tem uma dependência publicitária maior que a credibilidade noticiosa;
- precariedade profissional, na maioria das vezes o exercício do jornalismo é feito por profissionais não habilitados, com um grande número de jornalistas práticos.

Frente a essa realidade reside ainda um componente tão ou mais saliente na equidade do jornalismo investigativo nos meios de comunicação do interior do Brasil, que é a judicialização da mídia, cada vez maior, contribuindo para encolher até mais a pauta com temáticas polêmicas e críticas.

Nesse contexto, observamos uma preocupação das empresas jornalísticas, entre as recomendações da Associação Mundial de Diários (AMD) feitas na “Conferência de Publicidade 2000”, quando preocupam-se em adotar o jornalismo investigativo e o colocam como uma das alternativas para a sobrevivência dos jornais: “As empresas jornalísticas devem investir mais em jornalismo investigativo, oferecer aos anunciantes tabelas de preços inovadoras e criar alianças para propor ofertas publicitárias nacionais e regionais que possam competir mais eficazmente com os meios de teledifusão”. (Agência Estado, fevereiro 2000).

Cabe ressaltar, como registrado anteriormente, a pesquisa em questão, teve apenas amostras e, portanto, procurou-se analisar alguns exemplos, fazendo uma análise mediante apenas os conceitos aqui mostrados, que nos habilitam discernir entre as práticas investigativas de apuração e aquelas em que esses preceitos básicos não são observados e adotados no fazer jornalístico.

3.2 As indenização por danos

No estudo realizado em 2000¹⁸ identificamos casos de jornais do interior que sofrem processos. No caso analisado, por não atender a um dos princípios básico do jornalismo, que é o de ouvir o contraditório um jornal foi condenado a indenizar praticamente uma câmara de vereadores inteira. Trata-se do caso do “placar moral”, envolvendo o jornal Diário da Manhã e a Câmara de Vereadores, de Passo Fundo, RS. O caso observado em Passo Fundo em 1993, com desdobramentos que resultaram em 1994 num processo de reparação de danos morais, chegando a R\$ 410 mil e 400 reais, quando a sentença do Tribunal foi proferida em 1997, contra o jornal *Diário da Manhã*, com mais de 80 anos de atividades.

Incomodados com a veiculação dos seus nomes na capa do jornal, dezenove dos vinte e um vereadores de Passo Fundo, que legislavam em 1993, com desdobramentos que resultaram em 1994 num processo de reparação de danos morais, chegando a R\$ 410,4 mil, acionaram civil e criminalmente o jornal, por injúria, difamação e calúnia, por ter publicado

¹⁸Ver mais em: SERPA, Leoní. “O desafio da Apuração e da Investigação Jornalística em tempos de Comunicação instantânea”, pág. 105-147. IN: GOTTLIEB, Liana (Org.). Coleção Comunicação em Cena. VI.2. São Paulo: Scorteccei, 2013.

durante 18 edições o “Placar Moral”. A sentença de primeiro grau condenou o jornal a pagar cerca de 180 salários mínimos a cada um dos vereadores reclamantes, foram 18 no total. As informações estão contidas no processo nº 21194003402, da 5ª Vara Civil de Passo Fundo.

A grande maioria dos vereadores aprovou a gratificação natalina e recebeu. A polêmica foi gerada por que dois vereadores não concordaram com a autorização do recebimento do dinheiro, acreditando ser uma vantagem que deporia contra os demais trabalhadores, especialmente os do município, cuja renda média girava em torno do valor do salário mínimo. A Câmara Municipal aprovou a resolução nº 15/93, no dia 22 de dezembro de 1993, a qual autorizava o pagamento de um terço das férias anuais aos 21 vereadores e do 13º salário a partir daquele mesmo ano.

A lei que ora vigorava em Passo Fundo, assemelhava-se a outras também aprovadas nas demais câmaras do país. Trava-se da regulamentação do que dizia a Constituição Federal sobre o 13º salário e o adicional de férias, no entender jurídico era um procedimento legal.

O jornal desconheceu tais informações e não explicou em nenhuma página, sobre do que se tratava a gratificação, também não ouviu os vereadores que aprovaram a lei. As páginas que versavam sobre o caso deixavam claro, a posição contrária do jornal ao ato e o espaço para manifestações era somente para os vereadores que discordavam da resolução, como ilustra a manchete do dia 28 de dezembro de 1993: “Gratificação natalina votada pela câmara é exemplo de imoralidade pública”.

4.0 Os desafios estão postos

A partir dessa panorâmica conceitual, entendemos ser necessário reafirmar que, para muitos autores e jornalistas, o fazer investigativo deve ser o carro-chefe das redações e os jornalistas, por sua vez, precisam estar a serviço da cidadania. Consideram também que o jornalismo investigativo precisa alcançar melhores patamares e poderá vir a ser considerado sinônimo de prosperidade jornalística.

Ao exame desses conceitos pesquisados, em diferentes fontes, percebe-se que o jornalismo investigativo é uma categoria jornalística, com técnicas, suporte para validar informações e notícias que tenham qualidade, especialmente em grandes reportagens. Trata-

se de uma baliza norteadora que diferencia as notícias bem apuradas e de qualidade oferecidas pelos veículos e contribui para melhorar a sociedade e a democracia.

Para cada desafio posto há que se encontrar possibilidades e alternativas que possam fazer frente aos cenários apresentados. Reforçamos, neste aspecto, a sugestão explicitada no artigo: “A necessidade de incluir o conhecimento em investigação jornalística de precisão nos cursos de graduação do Brasil”, publicado no I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, no ano passado, ROCHA E DA SILVA (2014). Elas sugerem a inclusão da disciplina de jornalismo investigativo, ou apuração com precisão nas novas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Jornalismo. Ressaltam as mudanças das novas matrizes a partir das novas Diretrizes aprovadas em setembro de 2013.

Segundo as autoras “há um descompasso entre a formação acadêmica do jornalista brasileiro e a prática profissional”. Assim também entendemos que os cursos de graduação poderão contribuir com a formação de novos jornalistas que tenham como preocupação profissional a qualidade informativa e que levam em conta processos e procedimentos de apuração e de investigação.

Referências Bibliográficas:

- ABRAJI, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <http://www.abraji.org.br>
- AGÊNCIA ESTADO - *Associação incentiva o jornalismo investigativo*. São Paulo, 29 de fevereiro 2000. Disponível no site: <http://www.estado.com.br/edicao/pano/00/02/28/ger697.html>
. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,todos-os-regimes-democraticos-aprenderam-muito-com-watergate,887508,0.htm>
- ARNOLD e PERCIVAL WHITE (1965). **A Era da Automação**. (Tradução de Hersílio Soares). Rio de Janeiro: Editora Lidaador Ltda.
- ARGOLO, José Amaral. **Reflexões sobre o jornalismo investigativo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.
- BARBOSA, Rui **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Edusp, 1990.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980.
- CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.
- ELLIOTT, Deni. **Jornalismo versus privacidade**. Rio de Janeiro: Nordica, 1986.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: Norte Sul, Manual de Comunicação**. São Paulo: Comarte, Edusp, 1997.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1995.

- LIMA Sobrinho, Barbosa. **O problema da imprensa**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **O adiantado da hora: a influência sobre o jornalismo americano**. São Paulo: Summus, 1991.
- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2006.
- _____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1998.
- MALCOLM, Janet. **O jornalista e o assassino: uma questão de ética**. Companhia das Letras, 1993.
- MELLO, José Marques. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- NOVAES, Adauto. **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- PAULINO, Fernando de Oliveira. **Responsabilidade Social da Mídia: análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, em Portugal e na Espanha** (p. 35-51). In: Vitrine e vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo (E-book). CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org.). LabCom - Laboratório de Comunicação Online · UBI - Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2010.
- PIEDRAHITA, Manuel. **Jornalismo Moderno: História, perspectivas e tendências até o ano 2000**. Lisboa: Plátano, 1993.
- RIBEIRO, Alex. **Caso Escola Base: os abusos da imprensa**. São Paulo: Ática, 1995.
- RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta: condições e contradições**. Olho d'água brasiliense, 1994.
- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- ROCHA, Paula Melani. DA SILVA, Gisele Barão. **A necessidade de incluir o conhecimento em investigação jornalística de precisão nos cursos de graduação do Brasil**. In: ABRAJI - I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. São Paulo: Universidade Anhembi-Morumbi, 24 a 26 de julho de 2014. Disponível em: http://www.abraji.org.br/seminario/PDF/paula_rocha.pdf
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.
- SERPA, Leoní. **O desafio da Apuração e da Investigação Jornalística em tempos de Comunicação instantânea**. pág. 105-147. IN: GOTTLIEB, Liana (Org.). Coleção Comunicação em Cena. VI.2. São Paulo: Scorteccei, 2013.
- SILVA, **Boletim eletrônico nº 32 Série eletrônica, do Instituto Gutenberg instituto Gutenberg**, São Paulo, Maio - Junho de 2000. Disponível no site: <http://www.igutenberg@igutenberg.org/32martins.html>.
- SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**. Centro de Investigação Media & Jornalismo. Livros LabCom. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação – BOCC (E-book). Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>.
- TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

Entrevistas:

- FIGUEIREDO, Lucas. Jornalista em São Paulo. Entrevista pessoalmente, em outubro de 2000.
- MEIRELLES, Domingos. Jornalista no Rio de Janeiro. Entrevistado por telefone, em outubro de 2000.
- ROSSI, Clóvis. Jornalista em São Paulo. Entrevistado via internet, em agosto de 2000.
- WAGNER, Carlos. Jornalista. Entrevistado via internet, em setembro de 2000